

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

RAQUEL DINELIS NEVES

IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UM ESTUDO
DO CASO DA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro

2016

RAQUEL DINELIS NEVES

**IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UM
ESTUDO DO CASO DA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

Projeto Final II apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador (a): Prof. Dr. Luciano Rodrigues de Souza Coutinho

Coorientador (a): Profa. Dra. Patrícia Mallmann S. Pereira

Rio de Janeiro

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Neves, Raquel Dinelis

N511i Impacto de políticas públicas em bibliotecas
públicas: um estudo do caso da biblioteca
parque estadual do Estado do Rio de Janeiro /
Raquel Dinelis Neves. -- Rio de Janeiro, 2016.

59 f.

Orientador: Luciano Rodrigues de Souza
Coutinho.

Coorientadora: Patrícia Mallmann S. Pereira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Bacharel em
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de
Informação, 2016.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

RAQUEL DINELIS NEVES

**IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UM
ESTUDO DO CASO DA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2017.

Prof. Dr. Luciano Rodrigues de Souza Coutinho
Orientador (a)

Profª. Dra. Patrícia Mallmann S. Pereira
Co-orientador (a)

Profª. Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas
Membro interno

Prof. Me. Danilo Pestana de Freitas
Membro interno

Dedico este trabalho à minha família pelo amor e o cuidado, e às minhas amigas pelo companheirismo e a alegria compartilhada.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão vai em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida, por me guardar e estar ao meu lado para alcançar mais esse sonho.

Aos meus pais, meu muito obrigada pelo tanto que já fizeram e ainda fazem por mim, não há no mundo palavras suficientes para agradecer por tudo, em cada detalhe é possível ver o cuidado de vocês. Dedico este sentimento também a toda minha família que me ajudou e me apoiou em toda esta caminhada, muito obrigada por sempre me darem muito mais que palavras de apoio. Essa conquista também é de vocês!

A UFRJ me permitiu conhecer pessoas maravilhosas que serão inesquecíveis e que levarei para sempre comigo, muito obrigada as minhas amigas por estarem sempre ao meu lado, por me incentivarem, por me fazerem rir quando a vontade era chorar e persistir quando o desistir vinha à minha mente.

Aos meus orientadores Luciano e Patrícia, muito obrigada por todo o apoio, pela atenção a mim dedicada, pela paciência e por todas as palavras de ânimo até mesmo quando a situação não era tão favorável. Vocês são incríveis!

Não podia deixar de agradecer as bibliotecárias e os bibliotecários com quem tive a felicidade de estagiar, em especial a Fátima Duarte, a Márcia Isabel e o José Ricardo, muito obrigada por cada aprendizado, por dividiram comigo a paixão de vocês pela Biblioteconomia.

*“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo
de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar.”
(BERTOLT BRECHT, 2000, p. 90)*

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de analisar os impactos das políticas públicas nas Bibliotecas Públicas, em especial a partir do estudo de caso da Biblioteca Parque Estadual. Foram analisados os marcos históricos relacionados aos conceitos e fundamentos de políticas públicas, em especial na área da Cultura e das Bibliotecas. Foi debatido também o que representa o conceito de público, fundamentalmente a sua aplicação na conjuntura atual, assim como da gestão, em especial a pública, e analisou o conceito de biblioteca pública, no geral, e o que significa a Biblioteca Parque Estadual, de forma específica. Apontou para a análise de que as mudanças nas gestões dos governos, enquanto responsável principal do executivo do Estado, acabam por gerar o entendimento de não haver continuidade no processo de desenvolvimento das políticas públicas, o que cria uma sensação de não linearidade, mesmo com a compreensão da importância, ao menos formal, do papel que precisa desempenhar uma Biblioteca Pública. Porém ao mesmo tempo, foi possível analisar que, proporcionalmente à sua importância, muito pouco tem sido feito para a ampliação e efetiva adequação da função pública de uma biblioteca. Propõe uma reflexão sobre a grave situação que a Biblioteca Parque Estadual, devido a crise do Estado do Rio de Janeiro e traz uma reflexão sobre a terceirização, principal meio de contratação da Biblioteca Parque Estadual. Não foi possível conseguir muitas respostas das bibliotecárias e dos bibliotecários ao questionário desenvolvido para este trabalho, e a não resposta e a forma como este processo se deu, disse muito sobre o que representa a necessidade de podermos debater a importância das políticas públicas para as bibliotecas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Bibliotecas Públicas. Biblioteca Parque Estadual. Terceirização.

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the impacts of public policies in Public Libraries, especially from the State Park Library case study. Historical frameworks were analyzed, related to the concepts and foundations of public policies, especially in the area of Culture and Libraries. It was also debated what represents the concept of the public, fundamentally its application in the current conjuncture, as well as the management, especially the public, and analyzed the concept of public library, in general, and what the Library State Park, represents in a specific form. It has also pointed out that changes in government management, as the chief executive of the state, lead to the understanding that there is no continuity in the process of public policy development, which generates a sense of non-linearity, even with the understanding of the importance, at least formally, of the role a Public Library must play. However, at the same time, it was possible to analyze that, in proportion to its importance, very little has been done for the expansion and effective adaptation of the public function of a library. It proposes a reflection on the serious situation that the State Park Library, due to the crisis of the State of Rio de Janeiro and generates a reflection on outsourcing, main mean of hiring of the State Park Library. It was not possible to get many answers from librarians regarding the questionnaire developed for this work, and both the lack of response and the way this process occurred, said much about what the ability to debate the importance of public policies for libraries Public policies represents.

Key Words: Public Policies. Public Library. State Park Library. Outsourcing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Foto da manifestação na BPE 1	29
Figura 2-	Foto da manifestação na BPE 2	30

SIGLÁRIO

BPE	Biblioteca Parque Estadual
BRAPCI	Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DLLLB	Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IDG	Instituto de Desenvolvimento e Gestão
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INL	Instituto Nacional do Livro
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PROLER	Programa Nacional e Incentivo à Leitura
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SOCINF	Programa Sociedade da Informação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	JUSTIFICATIVA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	17
2	POLÍTICAS E GESTÃO, PÚBLICAS.....	18
2.1	O QUE É PÚBLICO?.....	18
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	21
2.3	GESTÃO PÚBLICA.....	24
3	BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	27
3.1	BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL.....	29
3.1.1	A Crise da Biblioteca Parque Estadual.....	32
4	HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS:.....	35
4.1	GOVERNO JOSÉ SARNEY: 1985 – 1990.....	35
4.2	GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELO: 1990 –1992.....	36
4.3	GOVERNO ITAMAR FRANCO: 1992 – 1995.....	37
4.4	GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1º MANDATO): 1995 – 1998.....	37
4.5	GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (2º MANDATO): 1998 – 2002.....	38
4.6	GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (1º MANDATO): 2002 – 2006.....	38
4.7	GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2º MANDATO): 2006 – 2010.....	39
4.8	GOVERNO DILMA ROUSSEFF (1º MANDATO): 2010– 2014.....	40
4.9	GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2º MANDATO): 2014 – 2016.....	40
4.10	GOVERNO MICHEL TEMER: 2016.....	41
5	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	42
5.1	CAMPO DE PESQUISA.....	42

5.2	TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS.....	42
5.3	POPULAÇÃO/AMOSTRA.....	43
6	APRESENTAÇÕES DOS RESULTADOS E ANÁLISE DO CONTEÚDO.....	44
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFÊRENCIAS.....	51
	APÊNDICE A	57

1 INTRODUÇÃO

A informação pode ser encontrada em vários lugares e formatos, recebe diferentes significados nas diversas áreas do conhecimento, bem como há variadas abordagens nas pesquisas sobre o seu conceito. Para Davenport e Pursak (1999), informação é uma mensagem sob a forma de documento, ou uma comunicação audível ou visível. Contudo no processo bibliotecário se usa a informação como processo que transmite conhecimento a quem deseja e necessita adquirir. Capuro e Hjørland (2007, p. 149) consideram que a informação precisa atender às necessidades de um grupo alvo.

A Biblioteca Pública tem como uma de suas funções a disseminação da informação, tornando-a acessível para todos, e sua existência e suas condições de funcionamento acabam por gerar diversas reflexões diretas e apontamentos que levam a um importante debate: a construção de que políticas públicas são necessárias e quais são as prioritárias em nossa sociedade. Uma Biblioteca Pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento, produção de novas obras e também “[...] organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la.” (MILANESI, 1983, p. 15).

Milanesi (1983, p. 25) ainda afirma:

Como um centro de informação, a biblioteca por definição será um instrumento de desordem. Isso, desde que não exista um filtro que censure a informação que contradiga a ordem. A biblioteca, tendo em seu acervo múltiplos discursos que se desdobram ao infinito, não dá uma direção, mas propõe alguns caminhos, deixando ao indivíduo a tarefa de avaliar e decidir.

A Biblioteca Pública, enquanto provedora de informação, precisa ser entendida como um espaço público, portanto de uso gratuito para que todos tenham acesso à informação e ao conhecimento, com qualidade e de forma democrática. Entender Biblioteca Pública como um espaço público e gratuito é compreender que apesar da complexidade de delimitação, é um espaço comum a todos (ACHILLES; ELIAS JUNIOR; MACHADO, 2014).

É possível observar, porém, que a situação da maioria das Bibliotecas Públicas brasileiras é dispor de pouco ou quase nenhum recurso para se manter, para atualizar seus acervos, ou ainda investir em tecnologia e qualificar melhor as pessoas, como pode ser evidenciado no primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais. “O discurso político sempre defendeu e ressaltou a importância das Bibliotecas Públicas, mas na prática pouco foi feito para apoiar efetivamente estas instituições.” (MACHADO, 2010, p.94). Ao

encontro desse discurso ainda há um processo de desmonte do Estado, do serviço público e das instituições ligada a ele, como a Biblioteca Pública (SENHORAS, 2003).

Com toda sua diversidade e contradição, pensar sobre política pública nas Bibliotecas Públicas municipais brasileiras seria uma busca de construir canais que promovam a igualdade (FERREIRA, 2013). Com isso, o problema que conduz esta pesquisa é: qual o impacto causado pelas políticas públicas nas Bibliotecas Públicas, tendo como estudo a Biblioteca Parques Estadual do Estado do Rio de Janeiro?

Este trabalho busca analisar qual impacto das políticas públicas nas Bibliotecas Públicas. Desenvolvida em etapas, a pesquisa primeiro busca aprofundar-se nos conceitos de políticas públicas e de Bibliotecas Públicas, a fim de favorecer a compreensão da abordagem teórica e, em seguida, aborda os principais marcos históricos das políticas públicas pós-ditadura até 2016, inclusive. Em um segundo momento, foi utilizado para a coleta de dados a aplicação de um questionário junto às bibliotecárias e aos bibliotecários que atuam na Biblioteca Parque Estadual do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa visa contribuir para uma melhor compreensão do impacto das políticas públicas dentro das unidades de informação, nesse caso na Biblioteca Parque Estadual. Assim, o trabalho também visa analisar a percepção dos gestores dessas unidades sobre os impactos das políticas públicas sobre as instituições em que trabalham. A investigação ainda analisa os principais marcos históricos das políticas públicas para as Bibliotecas Públicas em um recorte temporal que se inicia com a ditadura empresarial militar que foi instalada em 1964 e durou até 1985, e que continua no período posterior a ditadura, passando pela Constituição Cidadã de 1998 até o ano de 2016, já no governo de Michel Temer, que assume a presidência após o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

O trabalho espera poder contribuir para as bibliotecárias e os bibliotecários, enquanto gestores das Bibliotecas Públicas, para que possam construir uma visão mais crítica e que tenham a possibilidade de cada vez mais se apropriarem deste importante debate. Outro motivo para realização dessa pesquisa é mostrar a importância de se discutir o assunto que merece uma melhor compreensão na Biblioteconomia. Embora não seja um debate recorrente na área, é de extrema importância que os gestores estejam atentos aos acontecimentos, pois eles refletem diretamente no funcionamento das bibliotecas.

Ademais, outra justificativa para realização desse trabalho é a motivação pessoal de acreditar que a Biblioteca Pública precisa ser compreendida como um espaço público, gratuito e que apresente qualidade nos serviços ofertados a população, com entendimento de que ainda existem questões a serem aprofundadas e melhoradas, entretanto é necessário prosseguir nesse debate para que o acesso à informação seja construído de forma democrática para todas e todos, pois isso é um direito. Num país com pouca tradição, utilização e investimentos em Bibliotecas Públicas e práticas de leitura, pensar em políticas públicas e a conquista de todos os públicos para a leitura é uma prioridade que deve persistir aos profissionais da informação que compreendem a importância do seu papel na sociedade.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das políticas públicas nas Bibliotecas Públicas, tendo como estudo de caso a Biblioteca Parque Estadual do Estado do Rio de Janeiro.

Os objetivos específicos trataram de:

- a)descrever um histórico das políticas públicas para Bibliotecas Públicas no período de 1964 até o ano de 2016, inclusive;
- b)compreender como as bibliotecárias e os bibliotecários percebem e realizam seu trabalho a partir dessas políticas públicas;
- c)identificar qual o impacto dessas políticas públicas nas atividades finais da Biblioteca Parque Estadual do Estado do Rio de Janeiro;

2 POLÍTICA E GESTÃO, PÚBLICAS

Para uma melhor compreensão de uma área do conhecimento é necessário entender sua origem, sua trajetória e seus desdobramentos. O texto está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se o conceito de “público”, em uma perspectiva mais ampla assim como em uma perspectiva mais específica, nesse caso ligado diretamente as Bibliotecas. Na segunda, se introduz os principais conceitos e estudos sobre políticas públicas. Na terceira, discute-se sobre gestão pública.

2.1 O QUE É PÚBLICO?

Quanto mais a cidade como um todo se transforma numa selva dificilmente penetrável, tanto mais ela se recolhe a sua esfera privada, que passa a ser levada cada vez mais avante, mas que finalmente vem a sentir que a esfera pública urbana se decompõe, não por último porque o espaço público se perverteu no sentido de uma sociedade mal ordenada de um trânsito tirânico; [...] no lugar da esfera pública literária [constituída pelo público crítico e informado] surge o setor pseudo-público ou aparentemente privado do consumismo cultural. (HABERMAS, 1984, p. 188-9)

Público, do latim *publicus*, é um adjetivo que permite caracterizar aquilo que é notório, conhecido ou visto por todos, ou ainda aquilo que pertence a toda a sociedade e que é comum ao povo. Para Habermas “chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas.” (Habermas, 1984, p.14). Então quando nos referimos a qualquer termo e o adjetivamos como público há neste movimento a incorporação da ideia de que tal termo tem por princípio ser acessível a todos, como por exemplo, uma biblioteca, um museu, uma praça ou uma rua.

“Os conceitos de ‘espaço público’, ‘esfera pública’, ‘público’, ‘privado’ são empregados desde a Antiguidade até os dias atuais.” (VENTURELLI, 2010, p. 38). É possível notar que a tensão existente entre os conceitos de público e privado se intensifica a medida que as relações na sociedade tornam-se mais complexas, visto que essas divisões não aparecem claramente em sociedades mais primitivas. Os conceitos de público e privado passaram por diversas transformações e interpretações ao longo dos anos ocorrendo mudanças significativas e implicando em novos padrões de comportamentos sociais.

Na Idade Média não havia uma divisão tão explícita entre os conceitos de público e privado, em especial porque a representação pública não era discernível da representação

privada. O conceito de representação pública estava ligado ao senhor feudal ou ao rei, títulos estes que eram atribuídos por status ou hereditariedade e não a um setor social. Grau (1998) diz que no processo de construção da sociedade moderna é que acontece a separação entre o público e privado, e ainda destaca que o significado que pode sobreviver do público é o do uso comum, coletivo, visível a todos. A noção de coletividade dá a coisa pública uma conotação política.

O espaço público é a condição para o nascimento do espaço político. A ideia de que as cidades possuem uma esfera pública, pertencente e usada pela coletividade, e uma esfera privada, cuja posse e manutenção respondem os interesses de um ou mais indivíduos específicos, é bastante antiga. (NARCISO, 2009, p. 267).

Habermas apresenta um importante debate em que analisa o conceito de esfera pública, em especial a partir da reflexão sobre a comunicação. Segundo o autor o conceito de esfera pública é um campo onde deve acontecer um debate público em que assuntos de interesses gerais possam ser discutidos e as opiniões possam ser construídas de maneira mais democrática.

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. (HABERMAS, 1997, p.92).

Em princípio, a esfera pública envolve uma reunião de indivíduos em um debate público, a esfera pública é caracterizada como um espaço de mediação entre o campo das relações privadas, interesses coletivos e até comuns e o poder público. Na esfera pública as pessoas podem discutir e debater suas ideias, concepções e visões do mundo. É importante ressaltar que esse processo não está necessariamente ligado ao espaço físico, sendo assim é possível identificá-lo como fora do sistema, do governo, das instituições. Porém com o Estado

moderno este espaço passa a ter forte influência do poder midiático, bem como das grandes corporações que o utilizam como estratégia de poder e dominação. Habermas chama a atenção para o papel que desempenha a imprensa na esfera pública, em especial pelo fato de a imprensa ter um espaço privilegiado como formadora de opinião. A mídia e o jornalismo propriamente dito constituem-se desta forma, em elementos fundamentais na formação da esfera pública (VENTURELLI, 2010).

Segundo Habermas (1984), com o passar do tempo a publicidade acaba modelando a opinião pública, criando necessidades e interesse de consumo, levando assim o enfraquecimento da opinião pública e impactando no uso e apropriação das esferas pública.

Entendemos esse debate do que é público como essencial, especialmente pela forte necessidade de compreendermos o que significa o conceito de público quando utilizamos a expressão Biblioteca Pública, em que público acaba por adjetivar a biblioteca. O que seria necessário para entender o debate do que caracterizaria o conceito de espaço público, em uma reflexão mais ampla, ou ainda em um recorte mais específico, como uma biblioteca.

Segundo Ventura (2002), Biblioteca Pública como espaço público é um lugar de pluralismo, de democratização da informação e do saber, bem como da inclusão social, a qual não deveria estar sujeita a influências desmedidas ou desproporcionais, de nenhuma esfera específica, quer seja decorrente das várias esferas governamentais, da mídia ou de grandes corporações, principalmente devido as suas características de acessibilidade e diversidade, assumindo assim uma enorme influência pública.

Na sociedade capitalista, o Estado assume a função de impulsionar a política econômica tendo em vista a consolidação e a expansão do capital, favorecendo assim fundamentalmente os grandes interesses privados em detrimento dos interesses mais coletivos da sociedade (SANTOS 2009). Para contrabalancear esse efeito, o Estado precisa promover políticas públicas, como uma forma de reduzir as fortes diferenças e contradições decorrentes da lógica capitalista. Políticas públicas repercutem fortemente na economia e na sociedade, logo qualquer teoria sobre políticas públicas precisa lidar com as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA

Antes de iniciar o debate sobre políticas públicas, a primeira questão é o entendimento sobre “O que é política?”. A política tem muitas definições, dimensões e polêmicas, esse texto não tem a intenção de esmiuçá-las, mas de apresentar um olhar voltado para a relação entre a política com as políticas públicas.

Segundo Bobbio (2000, p. 160), compreende-se a política como “[...] atividade ou conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a pólis, isto é, o Estado.” Ao longo do tempo, política passou a estar relacionada como uma forma de poder e entende-se que o poder está relacionado com a capacidade que um sujeito tem de influenciar e determinar o comportamento de outro sujeito. De acordo com Osório (2014) política é a capacidade de decidir e incidir na definição e nas soluções dos processos e problemas que têm a ver com o curso da vida em comum. Para Rua (1998), a política consiste no conjunto de métodos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos.

As políticas públicas foram consolidadas na última metade do século XX, porém não existe uma definição única ou um consenso na literatura sobre o seu conceito. Os estudos das políticas públicas atualmente procuram compreender o papel do Estado e suas implicações, identificando as diferentes formas de interação entre o Estado, governo e a sociedade a partir da análise das relações existentes entre os diversos atores e, assim, compreendendo a dinâmica da ação pública (JARDIM; NHARRELUGA; SILVA, 2000).

Segundo Secchi (2010) entende-se política pública como uma diretriz elaborada no sentido de enfrentar um problema público. Ferreira (2013) compreende política pública como estratégia que, em nossa perspectiva, seriam mudanças sociais que têm como princípio a igualdade. Saraiva (2006, p.93) trata como um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões que são condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão.

Souza (2006, p.69) resume política pública como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Muitas definições evidenciam o papel das políticas públicas nas soluções de problemas, porém críticos dessas definições argumentam sobre o fato de as mesmas serem apresentadas ignorarem um eixo da política pública, que é o embate em torno de ideias e interesses, por focarem no papel do governo e deixarem de lado os conflitos e limites das decisões que cercam os governos (SOUZA, 2006).

As políticas públicas, e também as culturais, constituem-se em campo de questões controvertidas, haja vista que a delimitação e a fixação de problemas, explicações, argumentos e organizações de dispositivos de ações decorrem, sobretudo, dos complexos jogos políticos, ideológicos e institucionais. As definições do campo de problemas e das linhas de ação são por vezes contraditórias e até antagônicas como já se escreveu. Da mesma forma atores envolvidos se movem em um cenário microsociológico e são condicionados pelas configurações do ambiente macropolítico de determinando governo. Apesar de haver diferenças entre política e políticas públicas, na prática o que inevitavelmente ocorre é a influência recíproca e a interdependência entre ambas. (MIDDLEJ, 2011, p.12).

Ao analisar política pública depara-se com decisões que são bastante complexas, visto que a política pública é orientada a um problema público. Problema esse que pode ser identificado por atores governamentais ou não governamentais, que podem surgir de repente ou irem crescendo aos poucos (SECCHI, 2010).

As políticas públicas impactam uma sociedade de várias formas, quer seja positivamente, negativamente ou ser até mesmo pouco relevante, mas é necessário interesse e participação efetiva dos atores políticos com vontade para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo para que a política pública reflita o acúmulo de determinado conjunto de pessoas. “Tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo.” (RODRIGUES, 2011, p. 25).

Jogar o jogo da política democrática, ética, e da justiça social é o desafio que os gestores de políticas públicas têm de enfrentar para planejar, administrar e extrair recursos e formatar políticas redistributivas que busquem promover sociedades mais iguais e mais livres, num contexto mundial de profundas mudanças econômicas, demográficas e ideológicas. (RODRIGUES, 2011, p. 78).

Necessário compreender que se faz mister empreender junto ao conjunto da sociedade, lutas que obriguem o Estado a atender as demandas necessárias, em especial as emergenciais, da população, o que passa pela aplicação, por parte do Estado, de políticas públicas que dêem conta dessas necessidades. Estas formas, de organização, reivindicação e lutas, podem ser entendidas como um dos principais instrumentos que a sociedade dispõe para promover, por meio de um Estado que seja democrático e que deseja caminhar para construção a igualdade efetiva de oportunidades entre seus cidadãos, e não que seja representado por um Estado que retire direitos.

Importante observar que quando a aplicação dessas políticas públicas, por parte do Estado, não é adequada, implica em um conjunto de prejuízos que acabam por reduzir e retirar direitos de determinados grupos, muita das vezes dos que mais necessitam dos serviços públicos para melhora de sua condição de vida.

O papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social dos países se caracteriza a partir da escolha e aplicação adequadas das políticas públicas, entendendo que como parte das políticas públicas a escolha de quais atenderem de maneira mais urgente. Para cumprir esse papel a administração pública tem a função de formular e implementar essas políticas, a qual embora dependa da análise correta da conjuntura, e que não pode perder do horizonte que cabe ao Estado implementar políticas públicas que garantam direitos. Compete à administração pública, e particularmente aos governos, detectar e entender as mudanças que acontecem na sociedade, para formular políticas públicas que ajudem em sua trajetória de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2012).

Exemplo disso pode ser observado em dois casos atuais no Rio de Janeiro. O primeiro trata das extinções dos restaurantes populares, que servem cerca de 7.500 almoços por dia a R\$ 2, os quais foram fechados e a justificativa apresentada foi a existência de uma crise do Estado, em especial a partir de grandes dívidas do Estado do Rio de Janeiro com a empresa prestadora de serviço que chega a quase 18 milhões de reais. Em especial nos preocupa o impacto violento na vida de um conjunto da população que depende desses restaurantes para se alimentar, que em alguns casos, a refeição feita nesses restaurantes é a única do dia.

E outro exemplo trata das Bibliotecas Parques do Estado do Rio de Janeiro, mais uma instituição do Governo do Estado que foi atingida pela crise econômica no Rio, conforme apontado no parágrafo anterior e que sofrem sérios riscos de fecharem. A situação em dezembro de 2016 aponta para o fato de todos os funcionários do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), Organização Social (OS) que faz a gestão da rede, estarem

de aviso prévio e ainda não haver nenhuma garantia do governo para manter as unidades abertas.

Importante marcarmos as mobilizações, notas de apoio, passeatas em defesa da permanência das Bibliotecas Parque que vem acontecendo em todas as unidades e nas redes sociais com a presença de usuários da biblioteca, bibliotecárias, bibliotecários, estudantes, jornalistas, artistas, escritores e todos que compreendem e lutam pelas bibliotecas para que a Prefeitura do Rio de Janeiro, que desde a crise de 2015, assumiu o pagamento das despesas das Bibliotecas Parque, e o Governo do Estado se organize para que não haja o fechamento desta Biblioteca Pública.

2.3 GESTÃO PÚBLICA

Na literatura administrativa não se encontra uma definição que se pretenda ou que efetivamente seja aceita de forma universal para o conceito de gestão, o que é importante observar que também não faz parte desse trabalho. Mas para dar conta desse importante debate serão apresentados conceitos aplicados a esta palavra. Sem entrar em um debate subjacente entre gestão e administração, serão apresentados conceitos de Drucker (1998); Chiavenato (2000); Maximiano (2005).

Os dicionários da língua portuguesa trazem as palavras gestão e administração, como sinônimo entre si. Já o dicionário de língua inglesa utiliza palavras distintas, mas também como sinônimos, utiliza *management* para gestão e *administration* para administração. Debate este que segundo Garcia-Heyes entende que se encontra suficientemente tratado e que, por isso, não será aqui aprofundado, mas apenas apontado.

Sem entrar no debate subjacente a Gestão como uma das principais acepções do vocábulo *management* frente ao de *administración*, suficientemente tratados na bibliografia (PACIOS LOZANO, 1997 a, o. 225-348; GIL ESTALLO, 1987, p. 23-36, RENAU PIQUERAS, 1985, p. 13-17). (Garcia-Heyes, 2007, p. 12).

Segundo Chiavenato (2000, p.10), administração é o processo de planejar, organizar e controlar o uso de recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz. Maximiano (2005) trata administração como o processo que abrange cinco tipos principais de funções: planejamento, organização, liderança, execução e controle.

Para Peter Drucker (1999, p.67) “gestão é uma atividade complexa, envolvendo a combinação e a coordenação de recursos humanos, físicos e financeiros, por forma a que se

produzem bens ou serviços que sejam simultaneamente procurados ao mesmo tempo agradáveis e aceitáveis para todos envolvidos.” Portanto a gestão lança mão das funções, conhecimentos e informações necessários para, por intermédio de pessoas, alcançarem os objetivos de uma organização, de forma eficiente e eficaz.

Para Garcia-Heyes, em uma reflexão sobre a gestão de unidades de informação, a concebe como:

[...] conjunto de funções e técnicas integradas de execução simultânea, que devem aplicar de forma necessária os quadros diretivos, como responsáveis pelos trabalhos dos outros, para lograr que a organização a que pertence, funcione e possa conseguir os propósitos que perseguem”. (Garcia-Heyes, 2007, p. 12-13).

O Estado, independentemente de suas condições geográficas, culturais, políticas, econômicas e sociais, tem certas características essenciais, e está encarregado de representar e/ou expressar coletividade, tomar decisões referentes à administração e o jurídico que definira suas regras e procedimentos (TENORIO; SARAIVA, 2006).

A gestão pública designa um conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concretas de atividades consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade específica ou ainda uma organização estatal. A função básica da gestão pública é atender aos interesses coletivos da sociedade, procurando atender ao conjunto mais amplo e representativo de pessoas, tendo como orientação a não discriminação da população de uma determinada localidade. As características da gestão pública são determinadas pela Constituição de 1988, “Art. 37.A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” (BRASIL, 1988, p. 40).

Administração pública é gerenciar os propósitos de um governo e os negócios de Estado, procurando atender o todo, o coletivo, a sociedade sem discriminação. Assim, a gestão pública, independentemente da organização que a pratique, deve estar orientada para o público e não para o privado, para o coletivo e não para os indivíduos, para benefício da comunidade e não dos compadres. (TENÓRIO; SARAIVA, 2006, p. 114).

A gestão pública busca cada vez mais como estratégia e pratica a terceirização, para administrar recursos, buscando reduzir custos de produção visando acrescentar sua produtividade gerando emprego e renda. A terceirização deve início na Administração Pública no processo de reforma, visando reduzir o tamanho do seu aparelhamento administrativo, tornando-a flexível, eficiente e voltada para o atendimento ao cidadão (SANTOS, 2014).

A terceirização do trabalho se torna mais ampla e significativa nos Estados Unidos após o fim da II Guerra Mundial, em especial a partir do desenvolvimento acelerado das grandes industriais. Esse processo no Brasil, contudo apresenta um outro ritmo, posto que teve seu crescimento significativo no final do ano de 1980 e início de 1990. Para ser entendido o estado atual desse processo é necessário dividir o modelo de contratação, analisar algumas características e a reflexão em vantagens e desvantagens para as organizações.

Segundo Martins (2012), terceirização consiste:

Na possibilidade de contratar terceiro para a realização de atividades que geralmente não constituem o objeto principal da empresa. Essa contratação pode compreender tanto a produção de bens como serviços, como ocorre na necessidade de contratação de serviços de limpeza, vigilância o até de serviços temporários. (MARTINS, 2012, p. 10).

Existe uma necessidade de melhor compreender a terceirização, em especial no setor público, pois de fato esse tipo de contratação vem sendo adotado por várias organizações. Com a aprovação do Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que ficou conhecido como Lei da Terceirização, permite-se a terceirização em qualquer tipo de atividade em empresas públicas, privadas ou de economia mista. Antes apenas as atividades meios (serviço necessário, mas não é a principal atividade a empresa) poderiam ter funcionários terceirizados, agora com essa PL as atividades fins (atividade principal da empresa) também passam a ser permitido esse tipo de contratação. O que implica na possibilidade, por exemplo, de as universidades públicas poderem contratar docentes para ministrar aulas, ou ainda a contratação de médicos para hospitais públicos ou bibliotecários para as bibliotecas.

Pesquisas e análises têm apontado para o fato de que a terceirização do trabalho possui o foco basicamente na redução de custo, isto é, a redução de custo que passa fundamentalmente por impactos diretos na forma de contratação e da retirada de direitos das trabalhadoras e trabalhadores. O que passa pela precarização das relações de trabalhos e/ou contratuais resultando na diminuição de benefícios sociais, salários mais baixos, ausência de equipamento de proteção e/ou falta de segurança, jornadas mais extensas, entre outros (GIOSA, 2008).

Um exemplo de terceirização na gestão pública é a Biblioteca Parque Estadual, que é gerida juntamente com as outras unidades das Bibliotecas Parques (Biblioteca Parque da Rocinha, Biblioteca Parque de Niterói e Biblioteca Parque de Manguinhos) pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), uma organização social especializada em gerir centros culturais públicos, com a missão de “desenvolver o potencial de pessoas e organizações por

meio das artes e da cultura, tendo a gestão como principal instrumento de realização.” (IDG, 2016).

3 BIBLIOTECA PÚBLICA

O conceito de Biblioteca Pública apresenta como parte constitutiva e que a qualifica, a concepção de ser uma biblioteca que tem por princípio ser comum e acessível a todos, e que pressuponha ainda um atendimento e acesso universal a informação, estando de modo não discriminatório, independente de raça, idade, gênero, religião, língua, condição econômica ou social. “A Biblioteca Pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.” (IFLA/UNESCO, 1994).

A biblioteca pública, mantida pelo governo, tem por objetivo primordial preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local, e dentre todos os tipos de bibliotecas é a única que possui realmente característica de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários. (SUAIDEN, 1995, p. 20).

A Biblioteca Pública é um espaço sociocultural que dispõe de produtos e serviços informacionais para a toda a comunidade, possuindo em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplos suportes. A própria denominação “Biblioteca Pública” subentende uma entidade voltada para todo o público, independente da condição social, econômica ou cultural (SUAIDEN, 2000).

Ressaltando sobre a importância das Bibliotecas Públicas para a sociedade e destacando as funções da mesma, afirma Almeida Jr. (2013, p.69-70):

Faz-se necessário, neste momento, destacar a existência de quatro grandes funções da biblioteca pública, acumuladas desde seu surgimento, em 1850, e presentes até hoje: função educacional, função cultural, função de lazer ou recreacional e função informacional, esta última surgida no final dos anos 60 e início dos anos 70, coincidindo com as novas propostas de atuação da biblioteca pública junto ao seu público, traduzidas na inclusão do termo Informação à antiga designação ‘Serviço de Referência.

As funções da Biblioteca Pública citadas acima pelo autor estão inter-relacionadas. A função educacional está voltada para a educação que vai além da educação formal, visando

uma educação continuada e a função cultural, função de lazer e a função informacional estão agregadas à educacional.

Partindo da premissa que as Bibliotecas Públicas têm a função cultural, memória, social e de formação de leitores, elas, nesse sentido, evidenciam como um lugar misto que, embora permeado por tensões ideológicas, paradoxos e contradições, apresenta-se como um espaço privilegiado de saber. Cunha (2003) reitera essa afirmação quando diz que:

A biblioteca pública possui uma característica singular. Acompanha e se ajusta às mudanças que a sociedade experimenta, mas se mantém íntegra na observância de suas funções de disseminadora do saber, preservadora da memória cultural da humanidade, estimuladora da educação permanente de cada cidadão (CUNHA, 2003, p. 68).

Para que as Bibliotecas Públicas possam cumprir seu dever perante a sociedade de forma plena, durante o Manifesto na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1994, foram definidas algumas das missões da Biblioteca Pública:

- a) criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- b) apoiar a educação individual e a de iniciativa própria, quanto a educação formal a todos os níveis;
- c) estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- d) contribuir para o conhecimento do patrimônio cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- e) assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
- f) possibilitar o acesso às expressões culturais de todas as artes cênicas;
- g) fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
- h) apoiar a tradição oral;
- i) assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
- j) oferecer serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- k) facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;

- l) apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Em linhas gerais, o manifesto enfatiza a função da Biblioteca Pública como espaço de circulação de informação, explicitando o compromisso e a responsabilidade que a ela possui com a democratização do acesso à informação, como espaço para a formação do hábito da leitura, fomentador do diálogo entre etnias e respeito à diversidade cultural.

No ambiente da Biblioteca Pública para cumprimento de forma eficiente das demandas que a atual sociedade exige, são necessárias mudanças devido ao grau de transformação e as modificações das relações sociais com o surgimento das inovações tecnológicas de informação e comunicação que incidiram sobre a redefinição do papel social da Biblioteca.

Hoje, novas demandas da sociedade exigem atualização continua do conceito de biblioteca pública e do modo de agir de seus profissionais, para que, tanto as funções básicas e as tradicionais sejam cumpridas, quanto as que surgem em função das transformações da sociedade, apontando-se para uma integração maior com a comunidade local, seus valores e necessidades. (RUSSO; SILVA, 2013, p.5).

3.1 BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL

A Biblioteca Parque Estadual é uma importante instituição cultural do país, embora esteja localizada apenas no Estado do Rio de Janeiro, e carrega uma grande trajetória, porém ao longo da sua história aconteceram diversas mudanças de nome e de endereço. Em 1873, foi inaugurada como Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, depois em 1891 mudou para Biblioteca Municipal do Distrito Federal, com a construção de Brasília e da transferência da capital do país para esta cidade, em 1960, passou a se chamar Biblioteca Estadual da Guanabara. Quando ocorreu a fusão do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, em 1975, passou a ser chamada de Biblioteca Celso Kelly (RIO DE JANEIRO, 2015).

Em 1984, em razão de um incêndio que destruiu parte do acervo e do edifício a biblioteca ganhou o atual endereço na Avenida Presidente Vargas. Em 1987, quando foi inaugurado seu novo prédio recebendo assim o nome de Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro. A reforma desse novo prédio foi idealizada por Darcy Ribeiro, cuja visão

progressista incentivou as áreas da educação e da cultura, ele pensou essa biblioteca como o centro nervoso dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Estamos orgulhosos do que fizemos [...] alegria nossa, das maiores foi dar ao Rio uma nova e bela Biblioteca Pública. Ela funcionará por si mesma como um grande centro de cultura, capaz de atender a milhares de pessoas diariamente, dando-lhes não só livros, mas todos os instrumentos audiovisuais de informação, de estudo e de recreação. [...] Através delas daremos livros, livros a-mãos-cheias, a todo o povo. O livro, bem sabemos, é o tijolo com que se constrói o espírito. Fazê-lo acessível é multiplicar tanto os herdeiros quanto os enriquecedores do patrimônio literário, científico e humanístico, que é, talvez, o bem maior da cultura humana. (RIBEIRO, 2009, p. 210)

Em outubro de 2008, a biblioteca fechou para obras de modernização e informatização sendo reinaugurada em 22 de março de 2014 com o nome de Biblioteca Parque Estadual. De acordo com a secretária estadual de Cultura, Adriana Rattes, “coma reinauguração foi devolvida à biblioteca a sua importância, magnitude e centralidade na cultura do Rio. Foram inaugurados espaços pensados por Darcy Ribeiro e jamais construídos, como o teatro e a biblioteca infantil. ”

A Biblioteca Parque Estadual faz parte de uma rede de Bibliotecas Parques, junto com a Biblioteca Parque de Manguinhos, Biblioteca Parque de Niterói e Biblioteca Parque da Rocinha, que o governo do Estado do Rio de Janeiro implementou, complementando as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio do Programa Mais Cultura e do Plano Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura (MinC) em conjunto com a Secretária da Cultura do Governo do Estado (RIO DE JANEIRO, 2014).

De acordo com o site da Secretária da Cultura, as Bibliotecas Parques do Rio de Janeiro são “unidades multifuncionais, espaços culturais e de convivência que oferecem à população ampla acessibilidade à informação com qualidade física, humana e de serviço.” Tendo como principais referências as bibliotecas parques implementadas na Colômbia, a rede reúne espaços públicos culturais de convivência que oferecem à população acessibilidade ao conhecimento com qualidade de serviços.

Na Colômbia o projeto da Biblioteca Parque foi colaborador no desenvolvimento social e no combate a graves problemas sociais em regiões onde a pobreza e a violência faziam parte da rotina da comunidade. Com o objetivo de enfrentar a situação sem recorrer a lógica que atribui apenas a polícia a tarefa de enfrentamento desta questão foi implementado o projeto com um novo modelo de bibliotecas e ao longo do tempo a cidade passou a contemplar uma nova realidade, esta experiência passou a ser identificada como um dos

fatores importantes na redução dos altos registros de violência e baixo nível de escolaridade (RIO DE JANEIRO, 2015).

O que impressiona no exemplo colombiano é o impacto que a biblioteca parque exerceu sobre a comunidade do seu entorno, em 2 anos de funcionamento, já foi percebido a admiração e a gratidão das pessoas, que se identificam com as atividades oferecidas pela biblioteca e souberam usufruir dos equipamentos instalados naquela localidade, em busca de melhorias das condições socioeducativas. (SILVA, p.33, 2016).

A concepção da Biblioteca Parque traz como sua função primordial a disseminação da informação e o objetivo é democratizar o acesso à leitura, oferecendo um ambiente confortável e acessível com amplo acervo literário e multimídia. Observa-se que a missão da Biblioteca Parque está fortemente vinculada com a missão da Biblioteca Pública. Para Suaiden (2000, p.52) “[...] o papel da Biblioteca Pública passa a ser de vital importância, na medida em que pode se tornar o grande centro de disseminador de informação, atuando principalmente para diminuir as desigualdades existentes na injusta sociedade brasileira.”

Com 15 mil m², a Biblioteca Parque Estadual se estende por dois prédios interligados, o acervo possui 200 mil itens entre livros, DVDs, mapas, iconografia, obras especiais e periódicos. Além disso, conta com espaços multimídias, espaços para leitores especiais com acervo para pessoas com deficiência, estúdio, auditório, cafeteria, espaço para exposições e oficinas, biblioteca infantil, teatro, loja de presentes e souvenir. Possui um Centro de Pesquisa e Formação, com ações de pesquisa, educação continuada, profissionalizante e complementar, além de uma plataforma virtual, inspirada nos jogos digitais, aproximando-se da estética dos jovens com conteúdos diversos e ampliando seu repertório cultural (BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL, 2016).

Com a revitalização a Biblioteca Parque Estadual busca ser um espaço de convivência, onde informação e entretenimentos andam lado a lado, contribuindo para inclusão social e o desenvolvimento cultural da sociedade, segundo os preceitos do Manifesto da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA/UNESCO). A função da biblioteca parque é a mesma que a da Biblioteca Pública com um caráter tecnológico, com os espaços de convivência, o acervo e o mobiliário são programados para oferecer um ambiente agradável e próprio a momentos de estudos e lazer, de forma a contribuírem para o enriquecimento da vida em sociedade (SILVA, 2012).

A Biblioteca Parque Estadual é gerida, por escolha política do Governo do Estado na gestão do ex-governador Sérgio Cabral, pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG),

uma Organização Social (OS), cuja tem como missão desenvolver o potencial de pessoas e organizações por meio das artes e da cultura, tendo a gestão como principal instrumento de realização. Esse projeto é coordenado pela Secretária da Cultura do Estado do Rio de Janeiro e desenvolvido pela Superintendência da Leitura e Conhecimento que tem como objetivo dispor políticas de leitura em todo o Estado do Rio de Janeiro, promovendo e desenvolvendo um processo educativo e intelectual nos indivíduos, seu papel é importante nas políticas das Bibliotecas Parques do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2015).

3.1.1. A Crise da Biblioteca Parque Estadual

O primeiro grande impasse das Bibliotecas Parque aconteceu em abril de 2015, quando o governo do Estado anúncio o fechamento das unidades por falta de recursos financeiros. Apesar do anúncio o que de fato aconteceu foi a redução do horário de atendimento ao público, que havia sido organizado para funcionar originalmente da 10h às 20h (de terças a domingo) e que com a modificação passaria a funcionar apenas das 12h às 18h30m, com a interrupção das atividades no fim de semana. Tal fato prejudica a população e contraria a missão da Biblioteca Pública segundo o próprio Manifesto IFLA/UNESCO sobre Biblioteca Pública no qual aponta que “os serviços das bibliotecas públicas têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade”.

A partir de inquietações, mobilizações e manifestações de várias pessoas que acompanham os cortes de recursos destinados para bibliotecas, museus e outros equipamentos culturais no Rio de Janeiro, entre elas bibliotecários, pesquisadores, professores e usuários da biblioteca, surge em 2015, o movimento Abre Biblioteca. Seu estopim foi uma indignação coletiva com o fechamento parcial das Bibliotecas Parques do Estado do Rio de Janeiro.

O Abre Biblioteca vai muito além de uma abertura maior do horário de funcionamento das bibliotecas, mas sim uma abertura de investimentos, abertura de diálogo maior com o governo que tem feito restrições orçamentárias severas nas bibliotecas, uma abertura de participação da sociedade civil em prol de um benefício comum a toda população, a abertura de concursos públicos para evitar a precarização dos serviços prestados por empresas terceirizadas. (MOVIMENTO ABRE BIBLIOTECA, 2015).

Em 2015, no final do ano, o projeto das Bibliotecas Parque esteve próximo de ser interrompido, segundo o Governo do Estado do Rio, em razão das dificuldades financeiras do governo estadual. Após mobilização da comunidade e do movimento “Abre Biblioteca”,

ocorreu um acordo entre a Secretária da Cultura do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que acabou por se materializar em um contrato que garantia a verba para manter os espaços até o fim do ano de 2016, período que coincidiria com o momento posterior a Rio-2016, evento que contou com importante apoio do Governo do Estado do Rio.

Com a aproximação do período estipulado para o fim do convênio entre Prefeitura do Rio e o Governo do Estado do Rio, conjugado a mudança da Prefeitura e ao fato de ainda não haver uma manifestação do prefeito eleito nem do Governador do Estado, o clima de incerteza que era uma constante na Biblioteca Parque Estadual, se transformou em um novo indicativo de encerramento das atividades. Não há ainda sinal da renovação dos contratos do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), Organização Social (OS), responsável pela operação das bibliotecas, e a mesma decidiu por colocar de aviso prévio todos os 153 funcionários, conforme noticiado pelo jornalista Ancelmo Gois, em sua coluna no Jornal O Globo. Essa decisão foi tomada, segundo a assessoria de comunicação das Bibliotecas Parque devido à indefinição do contrato de gestão firmando junto com o governo do Estado e a nenhuma negociação com a prefeitura.

Algumas medidas já foram adotadas no mês de dezembro desse ano, com intuito a redução de custos, como a alteração no horário de funcionamento, a partir de agora, a Biblioteca Parque Estadual abre de 11h às 17h.

Figura 1 – Foto da manifestação na BPE 1



FONTE: PÁGINA DO EVENTO NO FACEBOOK. ¹

¹Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1626906444001814/>> Acesso em: 10 out. 2016.

Novamente bibliotecários, artistas, estudantes, professores, usuários da biblioteca se organizaram para protestar contra o fechamento das Bibliotecas Parques. As manifestações aconteceram em todas as unidades das Bibliotecas, a Biblioteca Parque Estadual recebeu um abraço de cerca de 300 manifestantes e várias manifestações nas redes sociais em apoio contra o fechamento das unidades. Para Ricardo Vasconcelos, um dos organizadores da manifestação na Biblioteca Parque Estadual e diretor do coral de pessoas em situação de rua Uma só voz, que ensaia no local, a crise do Estado não deveria vitimar as bibliotecas e seus usuários. “Não podemos retroceder. Como temos um espaço tão incrível e de repente todos os funcionários estão de aviso prévio.”

Figura 2 – Foto da manifestação na BPE 2



FONTE: PÁGINA DO EVENTO NO FACEBOOK.²

²Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1626906444001814/>> Acesso em: 10 out. 2016.

4 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS: pós – ditadura a 2016.

No final dos anos 1980, o Brasil começou um processo de redemocratização marcado por profundas mudanças e tentativas de várias das organizações da sociedade civil de encontrar um novo caminho após um período de 21 anos de uma ditadura empresarial militar, iniciada em 1964. Por meio das lutas pelas eleições diretas, houve a constituinte, a reorganização partidária e em busca de suas reivindicações, diversos grupos participavam intensamente (FERREIRA, 2013). Para demonstrar que o Brasil sairia de um governo autoritário para um governo democrático, a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, tinha o objetivo de garantir os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

O acesso à informação ao longo da constituição do Estado brasileiro vem sendo garantido pelas bibliotecas públicas e pelas bibliotecas de instituições públicas. É um direito conquistado nas diversas constituições, é consolidado, porém, somente no artigo 5º na Constituição de 1988, quando o País avançou na construção dos direitos sociais exigidos pelo povo Brasileiro após longo período ditatorial. (FERREIRA, 2013, p.2).

São enumerados a seguir a sequência de governos eleitos de forma direta ou indireta, ou que ainda tenham resultado de processo de impeachment, como esses governos trataram e quais são as suas ações de políticas públicas.

4.1 GOVERNO JOSÉ SARNEY: 1985 – 1990

O governo José Sarney marca o final da ditadura empresarial militar, embora tenha sido eleito de forma indireta, ou seja, a escolha do presidente da República coube ao colégio eleitoral formado pelos parlamentares do Senado e Câmara Federal, inicialmente eleito na chapa como vice-presidente, José Sarney se tornou presidente do país após a morte do candidato eleito a presidência Tancredo Neves que sequer chegou a tomar posse.

Devido à mudança do regime político ditatorial para um regime democrático a expectativa era em relação a um novo conjunto de leis. A constituição até então em vigor era a de 1967 que foi realizada durante o regime ditatorial, e que estava muito defasada diante das transformações ocorridas na sociedade brasileira. No início de seu governo José Sarney convoca uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova constituição.

A nova constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, tendo sido a mais democrática da história brasileira. A Carta estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, adotou o

presidencialismo como forma de governo, afirmou a independência dos três poderes, restringiu a atuação das forças armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre diversas outras garantias civis, sociais e trabalhistas. (BIBLIOTECA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2015, n.p.).

A constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, consolidou o Estado democrático ao estabelecer diversas garantias de questões fundamentais relacionadas com direitos individuais, políticos e sociais aos cidadãos brasileiros. É possível nesse período a criação do Ministério da Cultura reconhecendo assim a importância dessa área antes apenas tratada em conjunto com a educação (BRASIL, 1985).

4.2 GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELO: 1990 –1992

Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente eleito pelo voto popular no período pós-ditadura. Seu governo foi o marcado pela ascensão do neoliberalismo no Brasil, por uma política de controle de inflação, pela demissão de funcionários públicos federais e o início das privatizações (LIMA, 2014). Alvo de denúncias de corrupção, fato este aliado conjuntamente a uma forte queda de popularidade, oposição crescente dos parlamentares, manifestações promovidas principalmente pelo movimento estudantil e por sindicatos, o governo Collor ficou isolado política e socialmente. E, para fugir do processo de impeachment, em 30 de dezembro de 1992, Fernando Collor renúncia, sendo a primeira vez no Brasil que um presidente eleito por voto direto é afastado.

Em relação à cultura foi extinto o Ministério da Cultura, com a Lei 8.028, e substituído pela Secretaria da Cultura. E com a Lei 8.029, se extingue e dissolve várias entidades, como a Fundação Nacional de Arte (Funarte), Fundação Nacional Pró Leitura (Pró Leitura) e outras. Extinguiu o Instituto Nacional do Livro (INL, dentro da Fundação Pró Leitura), maior instituição governamental ligada à leitura, ao livro e a biblioteca pública, após 52 anos de existência (PAIVA, 2008).

Foi iniciado, em 1991, um projeto de fomento e custeio da cultura através da Lei 8.313: Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultural nacional, via renúncia fiscal dos patrocinadores.

Em 1992, o decreto 519 cria o Programa Nacional e Incentivo à Leitura (Proler), com os objetivos de:

- a) promover o interesse nacional pelo hábito da leitura
- b) estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; e

c) criar condições de acesso ao livro. (BRASIL, 1992, n.p.).

Ainda em 1992 com o decreto 520 é criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) instituído junto à Fundação Biblioteca Nacional.

4.3 GOVERNO ITAMAR FRANCO: 1992 – 1995

No final de 1992, após processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor, assume o governo do país, o vice- presidente Itamar Franco, que tinha como objetivo manter a ordem democrática e superar os problemas econômicos. Na área cultural recriou o Ministério da Cultura e extinguiu a Secretaria da Cultura, porém o Ministério não recebeu grande atenção por não ser prioridade em seu governo (PAIVA, 2008).

No governo de Itamar Franco aconteceram ações e situações políticas importantes como, por exemplo, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo e a criação do Plano Real.

4.4 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1º MANDATO): 1995 – 1998

O presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito em especial a partir da estabilidade econômica e controle da inflação alcançada por meio do Plano Real, sendo ele o Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, o que o transformou no “pai do plano Real”. Entre as medidas políticas, essas iniciadas no governo Collor e que seguiram no governo Itamar, no governo do Fernando Henrique deu-se a consolidação da abertura econômica, o aprofundamento no processo de privatização de empresas públicas brasileiras, reduzindo o papel do Estado como produtor de bens e serviços (LIMA, 2014).

Na cultura, é criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) no Decreto Lei 1.494, de maio de 1995 e retomado os programas “Uma biblioteca em cada município” e “Livro Aberto”, de 1996, já idealizado anteriormente pelos projetos do Instituto Nacional do Livro (INL) e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) que previam cada município brasileiro com uma biblioteca pública. Segundo PAIVA (2008):

O Objetivo do Programa “Uma biblioteca em cada município” era implantar bibliotecas públicas em municípios que não as possuíam, através de convênios com as prefeituras municipais. O município recebe da Secretaria Nacional do Livro e Leitura, do Ministério da Cultura, um acervo pré-selecionado de 2.600 livros, estantes e um curso de treinamento para seus servidores. O município, em contrapartida, deve dispor de espaço mínimo

para a biblioteca, em local próximo às escolas e de fácil acesso para a comunidade, montar uma Associação de Amigos da Biblioteca e criar lei para a 44 bibliotecas, para que ela se torne uma rubrica no Orçamento Municipal, tendo recursos para sua manutenção e desenvolvimento. O Programa Livro Aberto, por sua vez, tem por meta aumentar e melhorar bibliotecas públicas e escolares, fomentando a parceria com municípios, na formação de novas bibliotecas e qualificando e treinando profissionais na área, renovando acervos e promovendo campanhas de leitura. (PAIVA, 2008, p.81).

Em 1997, Fernando Henrique conseguiu enviar e aprovar no Congresso Nacional uma emenda de reeleição, tornando-se candidato outra vez à presidência da República.

4.5 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (2º MANDATO): 1998 – 2002

No segundo mandato como presidente do Brasil, Fernando Henrique começou em meio de uma crise, o país estava mergulhado numa recessão econômica qual foi aprofundada a partir do momento em crise internacional atinge o Brasil, fazendo com que o governo desvalorizasse a moeda e ainda recorresse ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Com empréstimos do FMI, deve que se controlar os gastos públicos, aumentar as taxas de juros e diminuir os investimentos públicos.

Em 1999 é lançado pelo decreto 3.294/99, o Programa Sociedade da Informação (Socinf), que tinha como objetivo utilizar os serviços de computação para integrar e coordenar o desenvolvimento de forma a alavancar a pesquisa e a educação, buscando criar um país de “usuários de informação”.

4.6 GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (1º MANDATO): 2002 – 2006

Após o período de Fernando Henrique chega ao fim o governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Brasil. Das urnas sai vitorioso Luiz Inácio Lula da Silva, que foi muito identificado como um presidente de origem popular (PAIVA, 2008).

Uma reestruturação acontece no Ministério da Cultura em 2003, nesse mesmo ano foi aprovado o estatuto da Fundação Biblioteca Nacional que continua a coordenar o Proler e o SNBP, e suas atribuições de subsidiar a formulação de política e diretrizes voltadas para a produção e ao amplo acesso do livro (BIBLIOTECA NACIONAL).

Em outubro de 2003 é sancionada a Lei do Livro que cria a Política Nacional do Livro, “[...] marcando o primeiro grande marco legal das políticas para Bibliotecas nesse governo.”

(PAIVA, 2008, p.24). A Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

- a) Fomentar e apoiar todo ciclo de produção, comercialização e circulação do livro.
- b) Promover hábito da leitura
- c) Capacitar a população para o uso do livro
- d) Instalar e ampliar pontos de acesso ao livro (bibliotecas, livrarias, pontos de venda)

No início de 2004 é lançado o Programa Fome de Livro que visa “ coordenar os esforços governamentais e da sociedade civil no sentido de integrar, otimizar e completar ações públicas e privada na área de Biblioteca e leitura.” (AMORIM, 2004).

É lançado oficialmente em março de 2006 o primeiro documento das diretrizes básicas do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). São suas principais ações:

- a) Democratização do acesso;
- b) Fomento à leitura e formação;
- c) Valorização da leitura e comunicação; e
- d) Apoio à economia do livro.

4.7 GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2º MANDATO): 2006 – 2010

O presidente Lula foi reeleito em 2006, o curso de PNLL não é interrompido e nem outras ações do seu governo. São mantidas as ações, coisas que não aconteciam quando se mudava de governo tinham outra reestruturação. Nos objetivos do PNLL conta:

[...] criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte de diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil [...] (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2006).

No segundo mandato do Governo Lula há iniciativas conjuntas entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Justiça (MJ) de espalharem políticas públicas que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pelo MinC, foi lançado, em outubro de 2007, o programa “Mais Cultura”, por meio de várias ações de fomentos estavam previstas, incluindo a construção de bibliotecas.

4.8 GOVERNO DILMA ROUSSEFF (1º MANDATO): 2010 - 2014

Dilma Rousseff, em 2010 é eleita a primeira presidente mulher do Brasil. Já fazia parte do Governo Lula como Ministra de Minas e Energia e depois Ministra-Chefe da Casa Civil do Brasil, sua eleição apresenta uma relação direta com o Governo Lula.

Em 2013, o SNBP inicia o projeto Mais Bibliotecas Públicas que prevê um processo de mobilização local a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil, pretendendo que todo município brasileiro tenha ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.

A presidente Dilma assina o Decreto nº7.559 o qual dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura dando maior dimensão ao PNLL. A Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) compete:

- a) implementar o Plano Nacional de Livro e Leitura - PNLL, no âmbito do Ministério da Cultura, de forma articulada com o Ministério de Educação;
- b) elaborar e monitorar os programas, projetos e ações do Ministério da Cultura que integram o PNLL;
- c) implementar as atividades relacionadas à promoção e à difusão do livro e incentivar a criação literária nacional, no País e no exterior, em colaboração com as instituições que tenham essa finalidade; (BRASIL, 2014, n.p.).

4.9 GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2º MANDATO): 2014 - 2016

Após uma das disputas políticas mais acirradas desde a redemocratização no final dos anos 1980, a presidente Dilma Rousseff é reeleita no segundo turno, vencendo a disputa com o senador Aécio Neves (PSDB). Um ano depois, Dilma enfrentou uma grave crise política e a perda da maioria parlamentar, como pano de fundo o aumento do desemprego, o aumento da inflação e conjugado a uma profunda recessão econômica no Brasil.

O governo anunciou cortes de gastos, aumento de impostos e reduções na administração pública para se recuperar da crise; no entanto, a perda de apoio da base aliada no Congresso Nacional tem dificultado a aprovação das medidas anunciadas. Simultaneamente, o grande escândalo de corrupção da Petrobras veio à tona e foi usado como um catalisador, acelerando uma reação em cadeia para as principais dificuldades políticas e econômicas. (BAKAJ, 2015, n.p.).

No decorrer de 2015, a Câmara dos Deputados recebeu vários pedidos de *impeachment* com a presidente Dilma Rousseff, mas apenas em dezembro o Deputado

Eduardo Cunha que presidia a Câmara aceitou o pedido. Foi votado o pedido em plenário na Câmara e no Senado, sendo aprovado nas duas instancias. No pedido foi acolhido as denúncias de situação de crime de responsabilidade, acusando-a de ter praticado “ pedaladas fiscais”’.

A defesa argumentou que toda a realização do processo de *impeachment* não tinha legitimidade porque não havia crime algum cometido por Dilma Rousseff. E parte desse argumento a narrativa de que o processo, na verdade, era um golpe parlamentar. Em 31 de outubro de 2015, Dilma Rousseff foi destituída do cargo de presidente após a conclusão do processo de impeachment, entretanto, não perdeu seus direitos políticos com a destituição, isto é, não ficou inabilitada para exercer cargos públicos por um período de oito anos.

4.10 GOVERNO MICHEL TEMER: 2016

Após o processo de impeachment, o qual alguns autores como Boff (2106), Bresser-Pereira (2016); Santos (2016) classificam como um golpe parlamentar, quem assume a Presidência da República é o vice- presidente Michel Temer. Em poucos meses de governo Michel Temer adotou diversas medidas, entre elas podemos destacar cortes polêmicos previstos inicialmente por Temer, o Ministério da Educação voltou a englobar a Cultura, porém a medida foi alvo de críticas por parte da classe artística e estudantes. Alguns dias depois, o então presidente em exercício decidiu reverter à decisão e devolver à Cultura o status de ministério.

Quem assume o Ministério da Cultura é Marcelo Calero, porém em menos de 6 meses de mandando pede demissão devido as divergências com integrantes do governo, tornando se o quinto ministro do governo Temer a cair.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta parte da pesquisa descrevem-se os procedimentos que foram seguidos para a realização da pesquisa. A divisão foi feita em três partes: Campos de Pesquisa, Técnica de Coleta e Análise de Dados e a População/Amostra.

5.1 CAMPO DA PESQUISA

O campo da pesquisa foi o bibliográfico, documental e empírico. Foi realizado um levantamento dos marcos histórico das medidas dos governos federais do período de 1964 até o ano de 2016, inclusive. O recorte de tempo escolhido foi devido a esse período ser marcado pelo fim do golpe militar e começo do processo de redemocratização e para isso, foram utilizados artigos científicos, livros e leis. O campo empírico de coleta de dados foi a Biblioteca Parque Estadual do Estado do Rio de Janeiro, se caracterizando num estudo de caso. Segundo Godoy (1995), o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

5.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados para a realização da pesquisa está baseada no primeiro momento na pesquisa bibliográfica e documental, realizada a fim de conseguir informações sobre o histórico das políticas públicas e assim analisar os impactos nas bibliotecas públicas. A pesquisa teve por base o uso das seguintes fontes: o Google Acadêmico, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Scientific Electronic Library Online (SciELO). Também foram consultadas leis e demais documentos jurídicos que contemplam as políticas públicas que interferem nas Bibliotecas Públicas. Para construir os marcos históricos optou-se por separar os períodos por governos, mas não distinguindo como categorias, apenas separando as medidas de cada governo mostrando o que se tornou ou contribuiu como ações de políticas públicas.

No segundo momento, foi utilizada como técnica de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas (Apêndice A). Gil (2008) define o questionário como “A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores,

interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.” (GIL, 2008, p. 121). Esse questionário foi elaborado com nove perguntas, sendo cinco perguntas abertas e quatro fechadas, que foi aplicado às bibliotecárias e aos bibliotecários da Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro com o objetivo de levantar dados sobre como as bibliotecárias e os bibliotecários percebem e realizam seu trabalho a partir das políticas públicas, e qual o impacto das políticas públicas nas atividades finais da Biblioteca Parque Estadual. O questionário foi entregue pessoalmente a alguns e encaminhado por e-mail a outros, conforme sua preferência. O período da coleta dos dados empíricos foi no final de novembro e início de dezembro, coincidindo assim com o período que todos os terceirizados foram colocados de aviso prévio.

Para a análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo das perguntas abertas e a apresentação dos resultados das perguntas fechadas. Segundo Silva e Fossá (2013, p. 2) “A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador.” As respostas dos pesquisados foram comparadas, para melhor compreender a visão de cada bibliotecária e bibliotecário, e assim encontrar pensamentos diferentes ou iguais do assunto.

5.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

Neste trabalho, o universo da pesquisa, no contexto do caso selecionado para estudo, foi composto pelos 10 bibliotecárias e bibliotecários que atuam na Biblioteca Parque Estadual, pois conhecem muito bem a realidade da biblioteca e quais são o impacto das políticas públicas na mesma. A amostra de bibliotecários estudados foi constituída pelos 3 que devolveram o questionário preenchido. As razões para ter havido tão baixo índice de interesse em contribuir com a pesquisa são discutidas na próxima seção.

6 APRESENTAÇÕES DOS RESULTADOS E ANÁLISE DO CONTEÚDO

Nesta parte da pesquisa são apresentadas as respostas às perguntas abertas e fechadas que formam o questionário que foi entregue às bibliotecárias e aos bibliotecários. Os resultados são divididos por meio de categorias, que englobam todas as perguntas e respostas.

É necessário ressaltar aqui que os questionários foram entregues para 10 bibliotecárias e bibliotecários que atuam na Biblioteca Parque Estadual, porém no dia 01 de dezembro de 2016, a empresa IDH, responsável por gerir o espaço, decidiu por colocar todos os terceirizados em aviso prévio. Com isso, houve uma significativa redução nas respostas e algumas bibliotecárias e alguns bibliotecários preferiram não responder o questionário.

Dos 10 bibliotecárias e bibliotecários que atuam na Biblioteca Parque Estadual, apenas três responderam ao questionário. Entendeu-se a partir desse processo que a situação atual vivida pelas terceirizadas e pelos terceirizados influenciou negativamente essa pesquisa, visto que um simples questionário de um Trabalho de Conclusão de Curso, sem identificação, não pôde ser respondido devido ao receio da exposição e medo de possíveis retaliações. Vale destacar que em um primeiro momento as bibliotecárias e os bibliotecários se mostraram bem solícitos em responder às perguntas, porém quando analisadas ficaram reativos, evidenciando assim o clima de insegurança e medo vivido por todos.

Esta pesquisa não tem o intuito de expor nenhum dos entrevistados, sendo assim serão identificados como respondente 1, respondente 2, respondente 3.

1 ANÁLISE DAS PERGUNTAS ABERTAS

Foi constituído um questionário com cinco perguntas abertas e quatro perguntas fechadas. Nesta categoria são analisadas apenas as cinco perguntas abertas, sendo analisadas em subcategorias com suas respectivas respostas.

1.1 QUAIS ATIVIDADES REALIZADAS NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL ATENDEM ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO?

Existem várias atividades realizadas na Biblioteca Parque Estadual que atendem à população, segundo o respondente 1, são elas: Coral Uma só voz, Cine Papo Reto, Roda de Leitura, Curso de fotografia para moradores de rua, Conto e ação, e Contação de histórias, Vamos falar sobre isso?, Consultório de rua – SMDS (grupo de mulheres), Encontro com Educadores, Clube de Leitura Ana Maria Machado, Clube de leitura Marcelo Rubens Braga, Curso de Gastronomia, Curso de Libras e Alfabetiza Nem. O respondente 2 resalta as

atividades de rotina da biblioteca como a consulta e os empréstimos de livros, e a disponibilização da internet gratuita para todos os usuários. De acordo com o respondente 3, são diversas as atividades que atendem à população, mas as que os usuários mais utilizam são: o próprio espaço da biblioteca, por ter diversos espaços de leitura, espaço de ócio, que chamam atenção do usuário para passar um tempo na biblioteca, destacou mais uma vez as rodas de leitura e os empréstimos de livros.

1.2 QUAIS ATIVIDADES REALIZADAS NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL PODERIAM SER REFORMULADAS PARA MELHOR ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO?

Nesta categoria os respondentes foram questionados sobre quais atividades poderiam ser reformuladas para melhor atender às necessidades a população e todos responderam falando sobre mais rodas de leitura e incentivo a leitura, diz o respondente 3, especialmente as atividades do educativo que poderiam alcançar mais usuários adultos e também a população de rua. Porém, o respondente 1 sinaliza que a equipe está reduzida e não consegue alcançar a todos. E ainda diz que “poderíamos ter muitas outras atividades, nossas ideias de cursos, mediação de leitura e tudo mais são infinitas.” O respondente 2 comenta sobre todos os bibliotecários e as bibliotecárias estarem sempre abertos a novas possibilidades de conhecimento e interação junto ao público.

1.3 QUAIS ATIVIDADES NÃO EXISTEM NA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL QUE SERIAM IMPORTANTES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO?

Foi questionado aos respondentes quais atividades não existem na Biblioteca Parque Estadual que eles consideram importantes para atender às necessidades da população. Segundo os respondentes 1 e 3, mais atividades sociais com os moradores de rua, como por exemplo, um convenio com agência de emprego. O respondente 2 sinaliza sobre ideias de fomentar a educação para todos como: curso de alfabetização, cursos de línguas, teatro, contadores de história e cursos técnicos. Pode ser destacada nas respostas a preocupação em atender uma parte da população que frequenta a Biblioteca Parque Estadual e se encontra em uma situação social mais vulnerável, provavelmente em decorrência da existência de um grande número de pessoas que vivem em situação de rua, nas proximidades que está localizada a biblioteca, perto do Campo de Santana e da Central do Brasil.

1.4 QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS A BIBLIOTECA PÚBLICA PODERIAM SER DESENVOLVIDAS PELO PODER PÚBLICO E QUE HOJE NÃO EXISTEM OU NÃO ATENDEM DE FORMA SATISFATÓRIA.

Nesta categoria é analisada a relação de política pública com a Biblioteca Pública. Ao ser questionado sobre este assunto o respondente 1 comenta que deveriam ter projetos da Biblioteca Parque Estadual em localidades marginalizadas como baixada fluminense, zona oeste, comunidades carentes e regiões metropolitanas, com cursos de aprimoramento das atividades que existem naquele bairro. O respondente 2 acredita que um maior repasse de verbas para a manutenção do acervo iria trazer uma melhoria e uma maior circulação das pessoas. Para o respondente 3 são necessárias “políticas públicas com uma rede com mais bibliotecas públicas para atender a demanda da informação e é preciso uma sintonia entre sociedade, governo e profissionais da área por exemplo os bibliotecários, estabelecerem determinadas prioridades.”

1.5 QUAIS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS VOCÊ VÊ NA GESTÃO DA BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL ATRAVÉS DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS?

Nesta categoria são analisados os pontos positivos e negativos em relação à gestão da Biblioteca Parque Estadual, através de empresas terceirizadas, do ponto de vista dos pesquisados. Ao serem questionados sobre os pontos positivos, os respondentes 1 e 3 sinalizam o cumprimento das metas elaboradas pela Secretaria do Estado de Cultura, o comprometimento que a empresa tem com seus funcionários e a transparência com os gastos contratuais. Para o respondente 2, um ponto positivo é “a empresa trabalhar em prol do equipamento público, e agregar positivamente no crescimento profissional do usuário.”

Quando questionados sobre os pontos negativos os respondentes 1 e 3 não responderam, e o respondente 2, fala sobre a atual situação que o governo do Estado passa, o que acaba ocasionando na redução de verbas e funcionários, sinalizando assim os cortes na Cultura, setor que sempre sofre com as crises.

É importante observar que as empresas terceirizadas acabam por trazer problemas, como diminuição de salários e relações de trabalho bastante frágeis, para as trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados que não existiriam se estes estivessem na mesma situação que os demais servidores públicos estaduais.

2 APRESENTAÇÕES DOS RESULTADOS DAS PERGUNTAS FECHADAS

Neste momento são analisadas as quatro perguntas fechadas, as quais são: 1) Você entende que a existência da Biblioteca Parque Estadual atende ao que você considera como essencial para uma Biblioteca Pública?; 2) Qual o seu vínculo com a Biblioteca Parque Estadual?; 3) Você avalia que a forma de contratação através de empresas terceirizadas traz melhores ou piores resultados para a Biblioteca Parque Estadual? ; 4) Você avalia que a forma de contratação através de empresas terceirizadas traz melhores ou piores resultados para as trabalhadoras e os trabalhadores?

Na primeira pergunta se entendem que a existência da Biblioteca Parque Estadual atende ao que consideram como essencial para uma Biblioteca Pública, todos responderam que sim, a Biblioteca Parque Estadual é uma Biblioteca Pública. Com os entrevistados percebe-se que é unânime a ideia de que a Biblioteca Parque Estadual está ligada ao conceito de Biblioteca Pública, por ser um lugar de condições para democratizar o acesso a informação, a fomentação da leitura, e que tem um papel muito importante por ter um diferencial das demais bibliotecas, ser e estar aberta para todos capaz de atender a diversos públicos e oferecer serviços gratuitos para toda a comunidade.

A segunda pergunta está presente no questionário apenas para marcar qual o vínculo os entrevistados com a Biblioteca Parque Estadual e também por unanimidade todos os entrevistados são terceirizados. Na Biblioteca Parque Estadual não tem funcionário público.

Nas terceira e quarta perguntas foi feito uma escala de Likert, que é utilizada habitualmente em pesquisas de opinião. “Na escala de Likert, os respondentes precisavam marcar somente os pontos fixos estipulados na linha, em um sistema de cinco categorias de resposta (pontos) que vão de “aprovo totalmente” a “desaprovo totalmente”.” (DALMORO; VIEIRA, 2008, p. 3). Nesse caso, as 5 categorias são: “ótimos resultados”, “bons resultados”, “resultados regulares”, “resultados ruins” e “péssimos resultados”.

A terceira pergunta que trata da avaliação sobre se a forma de contratação através de empresas terceirizadas traz melhores ou piores resultados para a Biblioteca Parque Estadual, para os respondentes 1 e 2 foi respondida como trazendo ótimos resultados, e para o respondente 3 essa forma de contratação acaba trazendo bons resultados. Por fim, a quarta pergunta do questionário é perguntando sobre se a forma de contratação através de empresas terceirizadas traz melhores ou piores resultados para as trabalhadoras e os trabalhadores, o entrevistado 3 responde com a opção de “bons resultados”, o entrevistado 1 responde com a

opção de “resultados regulares”, já o entrevistado 2 prefere não responder a essa pergunta, o que pode dar a ideia de que sua resposta seria negativa.

Essa pergunta foi elaborada pensando justamente na situação em que os terceirizados estão vivendo, em que todos estão de aviso prévio, devido à incerteza do próximo ano, que pode acarretar no possível fechamento da Biblioteca Parque Estadual. O interessante é que há uma certa defesa da terceirização, o que fica claro pelas respostas ao questionário, por parte dos mesmos profissionais que estão em uma situação empregatícia limite. Desse modo, pode-se constatar um equilíbrio nas respostas, mas esse resultado demonstra que os entrevistados têm receio/medo em responder às questões ligadas tão diretamente às empresas terceirizadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar o impacto das políticas públicas nas Bibliotecas Públicas, tendo como estudo de caso a Biblioteca Parque Estadual do Estado do Rio de Janeiro. A partir do exposto podemos falar que por políticas públicas se entende um conjunto de programas, ações e atividades realizadas pelo governo, visando assegurar direitos para a sociedade ou para um determinado grupo.

A partir do panorama, foram traçados históricos das políticas públicas relacionadas às Bibliotecas Públicas nos governos federais, com um recorde temporal pós- ditadura até 2016, inclusive, com objetivo de marcar o período de redemocratização do Brasil, em que ele acabava de sair de um golpe militar e se encaminhava para ser reestruturar a democracia. Podemos identificar que há existência das políticas públicas, mas elas variam de acordo com as ideias e práticas dos respectivos governos, o que é uma barreira que as Bibliotecas Públicas enfrentam.

É possível observar alguns pontos críticos nessas políticas públicas como a desigualdade dos diferentes atores que participam desses processos, encontra-se muito nas Leis e PL sobre livro e leitura, porém as palavras biblioteca e/ou bibliotecários não aparecem.

Com base nos dados analisados, podemos afirmar que os governos Lula e Dilma optaram por um caminho de governo que aprofundou as políticas públicas na área cultural, o que não aconteceu nos governos anteriores, como, por exemplo, no governo de Fernando Henrique, que aderiu a um programa neoliberal, com o início do processo de privatizações de empresas públicas. Com a queda desse governo, quem assume é Michel Temer (PSDB), que tem ideais e práticas diferentes do governo Dilma, com isso muitas mudanças e cortes acabam acontecendo. Uma delas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/241, que prevê o congelamento dos investimentos do governo em áreas como saúde, educação e assistência social por 20 anos, após a votação em dois turnos e aprovada na Câmara e Senado, mesmo sendo no nível federal, é preocupante, pois congelará por 20 anos, os gastos públicos, o que reduzirá os investimentos em políticas públicas, o que causará grande impacto, em especial na parcela mais pobre da população e estímulo aos negócios privados. Isso é um reflexo falta de interesse desse governo de pensar em políticas públicas que reduzem as desigualdades sociais.

Tendo o Congresso Nacional mais conservador da história do Brasil pós-ditadura, confronto apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a aprovação da PL 4330/2004, Lei da Terceirização, significará um retrocesso para a classe trabalhadora, visto que todas as atividades poderão ser terceirizadas, não apenas no setor

privado, mas, principalmente, no setor público, e que já foi apontada como uma das prioridades do Governo de Michel Temer.

Na atual crise no Estado do Rio de Janeiro, a Biblioteca Parque Estadual é umas das instituições que sofre com os cortes e reduções orçamentárias. O problema ainda é mais agravante, pois ela é gerida por uma organização social (OS) e todos os seus funcionários são terceirizados. Nota-se que a frágil relação da terceirização, pode ser evidenciada no momento em que as bibliotecárias e os bibliotecários sentem receio da exposição e medo de possíveis retaliações por conta de um simples questionário de um Trabalho de Conclusão de Curso, mostrando assim o clima de insegurança e medo vivido por todos.

Foi possível observar que o modelo da Biblioteca Parque Estadual possibilita a todos os cidadãos, a partir do princípio da democratização da informação, suprir as necessidades informacionais e gerar conhecimento. Tal possibilidade insere a Biblioteca Parque Estadual como sendo efetivamente uma Biblioteca Pública, por prestar serviços de informação aos usuários, não somente a comunidade ao seu entorno, mas também por prestar serviços para usuários do Rio de Janeiro todo, de forma dinâmica e propiciando acesso à cultura de maneira geral, facultando assim a cidadania, o conhecimento e a inclusão social.

A Biblioteca Parque Estadual é um espaço único, localizado no centro do Rio de Janeiro, um espaço interativo, com atividades de fomento a leitura para todos os públicos, independentemente da idade, condição social e econômica. É um local de espaços amplos, confortáveis e funcionais que oferece acesso à informação através de diversas linguagens, além de livros, vídeos, músicas, teatros e artes.

A Biblioteca é de fato um instrumento de desordem, onde não tem censura de informação, por isso ela acaba sendo não tão interessante para quem está no poder. Infelizmente, o que acaba acontecendo é um discurso político que formalmente defende a biblioteca, mas que na prática pouco/nada faz por ela, ou ainda sofre com descontinuidades e retrocessos decorrentes das escolhas que os governos fazem sobre as políticas públicas. Diante de todo esse cenário em que governos não priorizam, efetivamente, Cultura, em especial as Bibliotecas, é de fundamental importância a participação de todos para garantir o fortalecimento de políticas públicas que ampliem o processo de democratização do acesso a informação.

Não foi possível conseguir muitas respostas das bibliotecárias e dos bibliotecários ao questionário desenvolvido para este trabalho, e a não resposta e a forma como este processo se deu, disse muito sobre o que representa a necessidade de podermos debater a importância das políticas públicas para as bibliotecas públicas. Nesse sentido, entende-se que, políticas

públicas demandam ações efetivas e compartilhadas do poder público e da participação da sociedade, e independente do governo faz-se necessário a afirmação de que a biblioteca é um espaço público essencial à sociedade na redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

AMORIM, Galeno. Apresentação do Programa Fome de Livro. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/component/search/?searchword=fome%20de%20livro&searchphrase=all&Itemid=124>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BAKAJ, Paula. RADAR BLOG. Um ano do segundo mandato de Dilma Rousseff: impeachment e recessão econômica. 2015. Disponível em: <<http://brasil.bm.com/blog-radar-digital/um-ano-do-segundo-mandato-de-dilma-rousseff-impeachment-e-recessao-economica/>>. Acesso em 16 out. 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: Histórico. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BIBLIOTECA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Biografia período presidencial. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acesso em 20 dez. 2015.

BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL. Disponível em: <<http://www.bibliotecasparque.org.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da política. São Paulo: Elsevier Editora, 2000. 720p.

BOFF, Leonardo. “El dia triste” do Brasil: o golpe parlamentar. [Blog Internet] Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2016/08/31/el-dia-triste-do-brasil-o-golpe-parlamentar/>>. Acesso em: 3 de nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:1988;000639980.>> Acesso em 5 jan. 2016.

BRASIL. Decreto n. 519 de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 mai. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0519.htm> Acesso em: 25 abr. 2016

BRASIL. Decreto nº 91.144. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. 15 de março de 1985. Brasília/DF: 1985. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12503/decreto-criacao-minc.pdf/44fecef5-12b2-4af7-a526-1b9b7768ff74>> Acesso em: 25 abr. 2016

BRASIL. Decreto nº 7.559 de 31 de outubro de 2003. Institui a Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/DECRETO+PNLL.pdf/e08a2c1b-fff4-4109-be45-5ea5190b6f2f>> . Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Programa Sociedade da Informação. CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.1, p.148 – 207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47%3E>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, p. 5-42, 1998.

CAPURRO, Rafael.;Hjorland, Birger. O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 5 out. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 6.ed. São Paulo: Campus, 2000.

CUNHA, V. A. da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. *Biblios*. ano 4, n. 15, p.67-76, abril/mai. 2003. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/5540/1/2003_014.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: o Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados? ANPAD. (Congresso). 2008. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A1615.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. Conhecimento empresarial. São Paulo: Publifolha, 1999.

DRUCKER, Peter. A profissão de Administrador. São Paulo: Pioneira, 1998.

FERREIRA, Mary. Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória. Biblioteca, Leitura e Informação no contexto das políticas públicas: um balanço no governo Lula/Dilma. (Congresso). 2013. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/10b.BLICPP.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2016.

GARCIA-REYES, C. J. Gestión de unidades de información. In: VERGUEIRO, W.; MIRANDA, A.C.D.(orgs). Administração de unidades de informação. Gramado: FURG, 2007. Cap. 1, p. 11-34.

GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOSA, Lívio A. Terceirização: uma abordagem estratégica. São Paulo: Pioneira, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que

refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, abr. 1995.

GRAU, N. C. Repensando o público através da sociedade, Rio de Janeiro: Revan, 1998.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entrefacticidade e validade.v.2.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.idg.org.br/>> . Acesso em: 01 set. 2016.

IFLA. Manifesto da IFLA sobre transparência, bom governo e ausência de corrupção, 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

JARDIM, J. Maria; NHARRELUGA, R. Simone, SILVA, Sergio C. de Albite;. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

LIMA, Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda. **Bibliotecas públicas de Vargas a Rousseff: políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira.** 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/8585/4/B%C3%A1rbara_Lima_EPSJV_Mestrado_2014.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2016.

MACHADO, Elisa Campos. **Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/42307/45978>. Acesso em 16 dez. 2015.

MANGAS, Sérgio. **O papel político da biblioteca pública.** Disponível em: <http://www.bad.pt/noticia/2011/08/25/o-papel-politico-da-biblioteca-publica/> . Acesso em: 17 jan. 2016.

MARTINS, Sergio Pinto. A terceirização e suas implicações no Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, A. C. Introdução à administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENDES, Gilvanedja. Bibliotecas públicas municipais brasileiras: desafio da gestão pública. **Revista da Gestão Pública Práticas e Desafios**, v. 4, n. 2., 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaopublica/article/view/1188/925>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

MIDDLEJ, Suylan; SILVA, Frederico A. Barbosa. **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores.** Brasília: Ipea, 2011.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 107 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**, 2010. Disponível em: <

http://jornalggm.com.br/sites/default/files/documentos/Censo_Nacional_das_Bibliotecas_Publicas_Municipais_1.pdf> . Acesso em: 30 jan. 2016.

MOVIMENTO ABRE BIBLIOTECA. Disponível em:

<<https://abrebibliotecarj.wordpress.com/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

NARCISO, C. A.F. Espaço público: ação política e práticas de apropriação: conceito e procedências. Estudos e pesquisas em psicologia UERJ, ano 9, n.2, p.265-291, 2009.

Disponível em: < <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

OLIVEIRA, Ricardo de. **Gestão pública: democracia e eficiência uma visão prática e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006**, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7HUKTJ/disserta__o_marilia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 dez. 2015.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. **Objetivos e metas**. Brasília: PNLL, 2006.

Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/pnll>> . Acesso em: 30 jan. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. Brasília: Apicuri, 2009.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 44.694, de 28 de março de 2014. Cria a rede de bibliotecas parque do estado do rio de janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2014. p. 4. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68328986/doerj-poder-executivo-31-03-2014-og4>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

RIO DE JANEIRO. Ações programadas pelas Unidades de Atenção Primária. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 02 out. 2015, p. 63. Disponível em:

< <http://dowebrio.rj.gov.br>>. Acesso em 2 nov. 2016.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica).

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUSSO, Mariza; SILVA, Solange de Souza Alves da Souza. Biblioteca pública em ação: o estudo de caso da Biblioteca Parque de Manguinhos. Trabalho apresentado no XXV

Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência de Informação, Florianópolis, 2013.

SANTOS, Diogo Palau Flores dos. *Terceirização de serviços pela Administração Pública: estudo da responsabilidade subsidiária*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Tassia Rejane Monte dos. As políticas sociais e a luta de classes: tendências e desafios contemporâneos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, IV, 2009, Maranhão. Anais do Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. Maranhão: 2009. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnhttp://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/as-politicas-sociais-e-a-luta-de-classes-tendencias-e-desafios-contemporaneos.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas: Coletânea*. Brasília: ENAP, 2006, p.21-42. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1254/cppv1_0101_saravia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 dez. 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SENHORAS, Eloi Martins. Políticas Públicas nos anos noventa: um ensaio sobre as causas e implicações da crise do Estado Brasileiro de Bem-Estar-Social. **Revista Oikos**, v. 2, n.2, 2003. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=wLANWTQAAAAJ&citation_for_view=wLANWTQAAAAJ:W7OEmFMy1HYC>. Acesso em 8 jan. 2016.

SILVA, Aline Gonçalves da. **A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital: um estudo de caso da Biblioteca Parque Estadual**. Rio de Janeiro, 2012, 116f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciência Contábeis, Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/767/1/silva2012.pdf>> Acesso em: 26 out. 2016.

SILVA, Aline Gonçalves da. Biblioteca Parque no Rio de Janeiro: breve histórico. **Ponto de Acesso**, v.10, n.1, p.32-45, abr. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/13012/11059>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília/ DF, 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/194398-Analise-de-conteudo-exemplo-de-aplicacao-da-tecnica-para-analise-de-dados-qualitativos.html>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006: 20-45. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 2 set. 2016.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112p.

SUAIDEN, Emir. As Bibliotecas Públicas no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, v. 29, n. 2., p. 52 – 60, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

TENÓRIO, F. G.; SARAIVA, E. J. Escorço sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, p.107-132, 2006.

UNESCO; IFLA. **Manifesto da IFLA/Unesco para bibliotecas públicas**. Brasília, 1994. Disponível em: < <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 10 jan. 2016.

VENTURA, João J. B. **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras : Celta, 2002. 165 p.

VENTURELLI, Sandra Olades Martins. Considerações sobre a esfera pública. **Revista CEPPG – CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão**, v. 13, n. 23, p. 37-50, set. 2010. Disponível em: <http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/04a0281520e806f56ecf698833c22bc9.pdf> Acesso em: 15 out. 2016.

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO

Rio de Janeiro, x de novembro de 2016.

Prezado (a),

Meu nome é Raquel Dinelis e eu sou estudante de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e atualmente desenvolvo uma pesquisa de graduação sobre uma análise das políticas públicas nas bibliotecas públicas tendo como estudo a Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro, junto com meu orientador Luciano Coutinho e minha co-orientadora Patrícia Mallmann.

Esta pesquisa está dividida em duas fases: primeiro, eu tenho feito um levantamento dos principais conceitos que irei utilizar para o desenvolvimento do trabalho, como: política pública e biblioteca pública, e nesta mesma fase, tenho feito uma revisão sobre os marcos históricos das políticas públicas, e em um segundo momento, utilizarei para a coleta de dados a aplicação de um questionário junto aos bibliotecários que atuam na Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro. Portanto, venho por meio desta, pedir que forneça, por meio do questionário sua opinião sobre o tema, ressaltando o sigilo e a não identificação dos entrevistados.

As respostas a estas questões serão extremamente valiosas para o enriquecimento da minha pesquisa! Esperando sua contribuição peço que o questionário seja respondido até 08/12.

Agradeço a sua atenção e colaboração!

Atenciosamente,

Raquel Dinelis

E-mail: raquel_dinelis@hotmail.com

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

Questionário - Entrevistado

- 1) Quais atividades realizadas na BPE atendem as necessidades da população?
- 2) Quais atividades realizadas na BPE poderiam ser reformuladas para melhor atender as necessidades da população?
- 3) Quais atividades não existem na BPE que seriam importantes para atender as necessidades da população?
- 4) Você entende que a existência da BPE atende ao que você considera como essencial para uma Biblioteca Pública? () Sim () Não
- 5) Qual o seu vínculo com a BPE?
() Funcionário Público () Terceirizado () Outros _____
- 6) Você avalia que a forma de contratação através de empresas terceirizadas traz melhores ou piores resultados para a BPE?
() Ótimos resultados () Bons resultados () Resultados Regulares () Resultados Ruins () Péssimos Resultados
- 7) Você avalia que a forma de contratação através de empresas terceirizadas traz melhores ou piores resultados para as trabalhadoras e trabalhadores?
() Ótimos Resultados () Bons Resultados () Resultados Regulares () Resultados Ruins () Péssimos Resultados
- 8) Quais políticas públicas relacionadas a biblioteca pública poderiam ser desenvolvidas pelo poder público e que hoje não existem ou não atendem de forma satisfatória.
- 9) Quais pontos positivos e negativos você vê na gestão da BPE através de empresas terceirizadas?